



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

240

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0177165-7

COMARCA : Palmares – 1ª Vara Criminal
APELANTES : Luiz Carlos da Silva e o Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e Luiz Carlos da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL E DA DEFESA. RECONHECIMENTO DA SANIDADE MENTAL DO ACUSADO. FIXAÇÃO DA PENA EM SEU MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. DUPLICIDADE DE VÍTIMAS E DE CONDUTAS. CONCURSO MATERIAL. OCORRÊNCIA.

I - Não há como se aplicar o art. 26 do Código Penal, quando o laudo psiquiátrico acostado aos autos de incidente de insanidade mental conclui que o acusado era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

II - Não se mostra exacerbada a pena fixada acima do mínimo legal, quando o exame das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, assim recomenda.

III - Caracteriza-se a ocorrência do concurso material, quando o agente, mediante mais de uma ação prática dois ou mais crimes.

IV - Recurso da defesa improvido. Apelo ministerial a que se dá provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0177165-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso defensivo e total provimento**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

241

ao apelo ministerial, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de Dezembro de 2009.


Presidente


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



242

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0177165-7

COMARCA : Palmares – 1ª Vara Criminal
APELANTES : Luiz Carlos da Silva e o Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e Luiz Carlos da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Luiz Carlos da Silva foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal c/c o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90, com relação à vítima fatal Francimar Pereira de Matos e nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal c/c o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90, com relação à vítima Geny Jacinto Pedrosa, acusado de efetuar vários disparos de arma de fogo contra as referidas vítimas, causando a morte daquela, fato ocorrido no dia 11 de março de 2003, por volta das 18:30 hs., no interior do 'Bar da Rosa' localizado na Rua Conselheiro João Alfredo, município de Palmares, neste Estado.

Submetido o réu a exame psiquiátrico, tendo em vista a instauração de incidente de insanidade mental apensado aos autos, o laudo conclui pela imputabilidade do acusado.

Em sentença de fls. 310/322, o acusado foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, com relação a vítima fatal Francimar Pereira de Matos e nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal, com relação a vítima Geny Jacinto Pedrosa, todos combinados com o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90.

Levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, o réu **Luiz Carlos da Silva** foi condenado à pena definitiva de 17 anos de reclusão com relação à vítima fatal Francimar Pereira de Matos e 11 anos de reclusão com relação à vítima Geny Jacinto Pedrosa, por infração aos supramencionados dispositivos legais. O juiz sentenciante, entendendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

243

tratar-se de concurso formal, nos termos do art. 70¹, do Código Penal, aplicou a pena mais grave (17 anos de reclusão) somada a 2 anos e 9 meses, ficando a pena definitiva em 19 anos e 9 meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, nos termos da sentença condenatória de fls. 448/456.

Inconformado, o Ministério Público de 1ª Instância interpôs recurso apelatório (fls. 463), apresentando suas razões recursais às fls. 471/4476, pugnando pelo reconhecimento do concurso material, e, conseqüente reforma da decisão açoitada.

Também irredesistido, o réu Luiz Carlos da Silva apelou da decisão do Conselho de Sentença (fls. 467), oferecendo razões recursais às fls. 490/494, alegando que a decisão foi proferida contrariamente à prova dos autos, pugnando, ao final, por sua submissão a novo julgamento, e, alternativamente, pela redução da reprimenda em seu mínimo legal.

O acusado ofereceu contra-razões de apelação (fls. 486/489), rechaçando as alegações do *Parquet*, vindicando sua submissão a novo julgamento, e, alternativamente, pela redução da reprimenda em seu mínimo legal.

O Promotor de Justiça respondeu ao apelo do réu (fls. 496/500), oportunidade em que requereu o improvimento do recurso e reconhecimento do concurso material.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer, às fls. 509/512, ratificando os termos das contra-razões oferecidas pelo órgão ministerial de 1ª instância.

É o relatório.

¹ Concurso formal

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código.



244

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

À douta revisão.

Recife, 12 de maio de 2009.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



245

08

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0177165-7

COMARCA : Palmares – 1ª Vara Criminal
APELANTES : Luiz Carlos da Silva e o Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e Luiz Carlos da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO – MÉRITO

I – APELAÇÃO DE LUIZ CARLOS DA SILVA

Cuida-se de recurso apelatório onde o acusado **Luiz Carlos da Silva** pugna pela reforma da sentença *a quo*, ao argumento de que a decisão foi contrária à prova dos autos, haja vista o não reconhecimento da dependência alcoólica do acusado e sua confissão espontânea, pugnando, desse modo, pela sua submissão a novo julgamento, e, alternativamente, a redução da reprimenda em seu mínimo legal.

A materialidade do crime encontra-se demonstrada nos autos pelas fotografias de fls. 23/26, perícia tanatoscópica de fls. 54 e auto de apresentação e apreensão de fls. 35.

A despeito de não ser objeto do presente recurso, a autoria do crime apresenta-se inquestionável, pelos depoimentos das testemunhas trazidas aos autos, as quais apontam o Apelante como responsável pela ocorrência do fato delituoso.

Com relação ao pleito de submissão do acusado a novo julgamento, tendo em vista o não reconhecimento de sua perturbação mental, é certo que não merece prosperar.

É de se observar, a partir do laudo psiquiátrico (fls. 20/24) acostado aos autos de incidente de insanidade mental instaurado, que o acusado ao tempo da ação delituosa era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, senão vejamos:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PB.
246

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"(...) Examinamos Luiz Carlos da Silva e realizada a leitura minuciosa dos autos, concluem os peritos, não ter havido sintomatologia psicológica, por ocasião do ilícito, que comprometesse a capacidade de Imputação Jurídica do Periciando. Necessário se faz tecer comentários sobre o 'estado de embriaguez' do mesmo, naquela ocasião. Ficou caracterizado o 'uso habitual' de etílicos há bastante tempo pelo periciando, inclusive com manifestações indesejadas de conduta, resultando em punições. Não sendo um bebedor por dependência (doença), deveria saber quais as conseqüências do uso de álcool, antes de começar a beber. Portanto, neste caso, mesmo embriagado (por ocasião do fato) deve a ele ser imputado o ilícito penal. (...)"

Não há como se ver aplicado o art. 26 do Código Penal ao caso em tela e conseqüente isenção de pena ao agente, em razão da conclusão em laudo psiquiátrico de que tinha o acusado, no momento do fato, pleno discernimento para entender o caráter ilícito de sua ação.

Quanto à tese de não reconhecimento da confissão espontânea do acusado, verifica-se pelos seus depoimentos colhidos durante a instrução criminal e seu julgamento em plenário, que o acusado se limitou a afirmar que não lembra do episódio delituoso, não confessando em momento algum o crime em tela.

Ao ser interrogado por ocasião do seu julgamento em Plenário, o acusado Luiz Carlos da Silva, afirmou (fls. 437/438):

"Que não se recorda dos fatos narrados na denúncia, uma vez que no dia dos fatos tinha começado a beber às 11h da manhã por ser seu dia de folga, (...)"

De outra parte, essa não é causa de anulação de julgamento e conseqüente submissão do réu a novo júri.

Por fim, no que concerne ao pedido de redução da reprimenda em seu mínimo legal, observe-se que em obediência à decisão soberana do Conselho de Sentença, o juiz processante fixou a pena-base relativamente à vítima fatal Francimar Pereira de Matos em 17 anos de reclusão, por infração ao art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal c/c o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90, e a tornou definitiva, haja vista a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

247

ausência de circunstâncias atenuantes e agravantes e causas de diminuição e aumento de pena. Já com relação à vítima Geny Jacinto Pedrosa, aplicou a pena-base em 17 anos de reclusão e a reduziu em 6 anos, pela prática na forma tentada, tornando-a definitiva em 11 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

. Para fixação da pena-base, a douta Juíza sentenciante asseverou (fls. 453/454):

"(...) Atendendo à culpabilidade, a conduta do ora condenado é intensamente reprovável, inclusive, o crime que resolveu praticar, teve sua pena agravada diante das gravosas consequências. Antecedentes: O réu já possui antecedentes criminais na Comarca de Surubim. Conduta social reprovável, diante da notícia de conduta violenta quando bebe e por ter respondido a feito administrativo. Personalidade. Analisando (lembrando que não tenho especialização em área médica compatível) os traços psíquicos do ora condenado, antes – durante – e depois do crime, percebe-se não está ele tão endurecido pelo crime, pois durante sua ação, pelo relato da própria vítima, demonstrou certa flexibilidade em contestar os pedidos da dona do bar. Motivo. Quanto aos motivos para a prática do crime não se pode tecer muitos comentários, por serem reprováveis. Circunstâncias e consequências: o que se pode observar quanto a este item é que foram elas as compatíveis com a execução do crime. Seria estranho aqui dizer que elas poderiam ser piores. O comportamento da vítima. As vítimas nada fizeram para provocar a ação do réu. Portanto, com fulcro no artigo 59 do CPB, fixo a pena base com relação ao crime consumado em 17 anos.(...)"

Verifica-se, pois, que o juízo processante observou os critérios legais na dosimetria da reprimenda (art. 59, do CP).

As circunstâncias judiciais do apelante não lhes são favoráveis, pois indicam que este é portador de má conduta social e personalidade que representa perigo à ordem pública, dessa forma, a fixação da pena pouco acima do mínimo legal é de todo acertada.

Neste sentido, a jurisprudência firmou entendimento, verbis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

248

TJAP: "Sendo as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP parâmetros da quantificação da pena, compreende-se que a sanção base somente pode ser fixada em seu grau mínimo quando todas elas militam em favor do acusado, uma vez que são vinculantes, de sorte que, mesmo quando apenas uma delas compromete o agente, o afastamento do marco inicial se torna imperioso" (RT 767/620). (In MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2003, p. 388).

A pena-base aplicada ao acusado encontra proporcionalidade com as circunstâncias objetivas e subjetivas que envolveram o crime, pois indicam que este foi praticado com dolo intenso e com graves consequências, tendo-se como justa e adequada a fixação da pena-base acima do mínimo legal e em quantidade suficiente à reprovação do delito.

II – APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trata-se de Recurso Apelarório onde o Ministério Público de 1ª instância, pugna pela revisão do *quantum* da pena aplicada ao acusado, sob a alegação da incidência, no caso em tela, do concurso material, previsto no art. 69² do Código Penal.

Flazão assiste ao combativo Promotor Apelante.

É que, pelas provas testemunhais trazidas ao bojo dos autos, o acusado Luiz Carlos da Silva por meio de duas condutas praticou dois crimes contra as já mencionadas vítimas, quais sejam, homicídio e tentativa de homicídio.

Rosimere Maria da Silva, dona do estabelecimento onde ocorreu o fato delituoso, ao ser interrogada em juízo, afirmou (fls. 147/150):

"(...) que ouviu o primeiro e o segundo disparo e não enxergou mais sua filha, pensando inclusive que a mesma tinha se escondido no

² Art. 69 – Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

249

banheiro, preferindo correr para fora do estabelecimento, mesmo com o acusado ainda com arma em punho, atirando contra o casal, não sabendo quantos tiros foram dados; que o Francimar e a Geny caíram ao chão e o acusado saiu calmamente pelo beco; (...)"

Restou demonstrado no conjunto probatório carreado aos autos, dolo intenso do acusado ao ceifar a vida de uma das vítimas, desferindo-lhe 10 (dez) disparos (fls. 54) e 4 (quatro) disparos contra a vítima sobrevivente, não conseguindo eliminá-la por circunstâncias alheias à sua vontade.

Sobre o tema, trago à colação o seguinte entendimento:

"O que distingue o concurso material ou real é a pluralidade de resultados puníveis e decorrentes de duas ou mais ações ou omissões típicas, e cada qual configurando resultado autônomo, mas todas vinculadas pela identidade do sujeito, sendo independente para cada crime o momento executivo" (JTACRIM 89/286)

Isto posto, dou **provimento ao apelo**, para reconhecer a prática dos delitos em concurso material.

Tendo em vista que a pena aplicada pelo magistrado sentenciante correspondeu à regra estabelecida para o concurso formal, faz-se necessário aplicar as penas cumulativamente, a teor do que dispõe o art. 69 do Código Penal.

Desse modo, tendo sido o recorrido condenado à pena definitiva de 17 anos de reclusão com relação a vítima fatal Francimar Pereira de Matos e 11 anos de reclusão com relação a vítima Geny Jacinto Pedrosa, em face da redução de 6 (seis) anos por se tratar de homicídio tentado, a pena total a ser cumprida pelo recorrido é de 28 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Ante ao exposto, nego provimento ao recurso de Luiz Carlos da Silva e dou provimento ao recurso ministerial, reconhecendo o concurso material, com a aplicação da pena cumulativamente, ex vi do art. 69 do CP, mantida a sentença quanto ao mais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

209-A

É como voto.

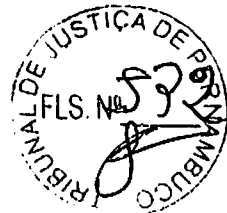
Recife, 12 de dezembro de 2009.


Presidente


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



PROCESSO Nº: 0177165-7
COMARCA: PALMARES
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
APELANTES: LUIZ CARLOS DA SILVA
MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ CARLOS DA SILVA

250

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao recurso de Luiz Carlos da Silva e dando provimento ao apelo ministerial, reconhecendo o concurso material entre os crimes.

É corno voto.

08 / 09 / 2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor